



INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: PROGRAMAS DE INDUÇÃO À MOBILIDADE ESTUDANTIL

INTERNATIONALIZATION OF THE HIGHER EDUCATION IN BRAZIL:
PROGRAMS INDUCING STUDENTS MOBILITY

INTERNACIONALIZACIÓN DE EDUCACIÓN SUPERIOR EN BRASIL:
UN PROGRAMA DE ORIENTACIÓN AL ESTUDIANTE MOVILIDAD

Vera Lúcia Jacob Chaves¹

Alda Maria Duarte Araújo de Castro²

RESUMO

O texto discute a internacionalização da educação superior no Brasil relacionando-a no contexto da crise do capital e sua repercussão no programa de mobilidade estudantil Ciências sem Fronteiras. Apresenta uma reflexão sobre a interferência direta dos organismos multilaterais de financiamento nas políticas de internacionalização da educação superior em que mistura-se princípios de transferência de conhecimentos com razões economicistas e competitivas que se materializa por meio de processos de “cooperação internacional”, tendência que vem se desenhando mundialmente. A internacionalização não é um processo novo no Brasil, mas vem se reconfigurando nos últimos anos por meio de programas e políticas induzidas pelo governo brasileiro, nos quais são enfatizados a mobilidade estudantil. Nessa perspectiva o governo brasileiro criou em 2011 o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), com a previsão de concessão de 101 mil bolsas em quatro anos. O artigo analisa a concessão de bolsas de graduação pelo CsF no período de 2012 a 2014 evidenciando os países de destino para a realização da mobilidade estudantil. Os estudos mostram que a política de indução à mobilidade de estudantes adotada pelo Brasil com o CSF tem contribuído para consolidar a internacionalização no país e que os países mais procurados pelos estudantes brasileiros são aqueles considerados mais desenvolvidos com universidades de ponta na produção do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização. Educação superior. Mobilidade. Ciência sem Fronteira

ABSTRACT

This paper aims to enhance the discussion about the internationalization of the higher education in Brazil, relating it in the context of capital crisis and its repercussion in the program of student mobility Ciências Sem Fronteiras (Science Without Borders). Presents a reflection about the direct intervention from multilateral organisms of financing in policies of higher education internationalization, when it's mixed principles of knowledge transferring with economics and competitive reasons that will be materialized by means of “international cooperation” process, tendency that have been developed in whole world. The internationalization is not a new process in Brazil, but its settings has been changed during the last years by means of programs and policies induced by the Brazilian Government which ones the student mobility are emphasized. Based on this perspective, the Brazilian Government, in 2011, created the Science Without Borders Program (CsF), predicting the concession of 101 thousand scholarships in four years. This paper analyzes the concession of undergraduate scholarships by CsF on the term from 2012 to 2014, showing the destiny countries for the execution of this student mobility. The studies showed that policies inducing student mobility adopted by Brazil with the CsF has

¹ Graduação em Ciências Sociais e Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-Doutorado em Educação pela Universidade de Lisboa e Pós-Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ. Professora Associada da Universidade Federal do Pará E-mail: veralucijacob@gmail.com

² Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: aldacastro01@hotmail.com

Recebido em: 31/10/2015 – **Aceito em:** 25/01/2016

been contributing to consolidate the internationalization of the country and also that the Brazilian students are searching for countries considered as more developed and with the best universities when producing knowledge.

KEYWORDS: Internationalization. Higher education. Mobility. Science without borders.

RESUMEN

El texto discute la internacionalización de la educación superior en Brasil relacionándola en el contexto de la crisis del capital y su repercusión en el programa de movilidad estudiantil Ciencia sin Fronteras. Presenta una reflexión sobre la interferencia directa de los organismos multilaterales de financiación en las políticas de internacionalización de la educación superior en que se mezclan principios de transferencia de conocimientos con razones economicistas y competitivas que se materializa por medio de procesos de “cooperación internacional”, tendencia que viene dibujándose mundialmente. La internacionalización no es un proceso nuevo en Brasil, sin embargo viene reconfigurándose en los últimos años por medio de programas y políticas inducidas por el gobierno brasileño, en los cuáles se enfatiza la movilidad estudiantil. En esa perspectiva el gobierno brasileño creó en 2011 el Programa Ciencia sin Fronteras (CsF), con la previsión de concesión de 101 mil becas en cuatro años. El artículo analiza la concesión de becas de grado por el CsF en el período de 2012 a 2014 evidenciando los países de destino para la realización de la movilidad estudiantil. Los estudios muestran que la política de inducción a la movilidad de estudiantes adoptada por Brasil con el CSF ha contribuido para consolidar la internacionalización en este país y que los países más buscados por los estudiantes brasileños son aquellos considerados más desarrollados con universidades de referencia en la producción de conocimiento.

PALABRAS-CLAVE: Internacionalización. Educación superior. Movilidad. Ciencia sin frontera.

Introdução

O artigo tem por finalidade apresentar uma reflexão sobre a internacionalização da educação superior no Brasil relacionando-a no contexto da crise do capital e sua repercussão no programa de mobilidade estudiantil Ciência sem Fronteiras.

A metodologia adotada foi a quanti-qualitativa, estabelecendo diálogo com estudos realizados sobre a temática e os dados foram coletados no site oficial do Programa Ciência sem Fronteiras oficial do Ministério da Educação.

O texto foi construído em três seções. Na primeira, apresenta uma reflexão sobre a interferência direta dos organismos multilaterais de financiamento nas políticas de internacionalização da educação superior em que se misturam princípios de transferência de conhecimentos com razões economicistas e competitivas que se materializam por meio de processos de “cooperação internacional”, tendência que vem se desenhando mundialmente.

Na segunda seção, destacamos que a internacionalização não é um processo novo no Brasil, mas vem se reconfigurando nos últimos anos por meio de programas e políticas induzidas pelo governo brasileiro, nos quais são enfatizados a mobilidade estudiantil. Nessa perspectiva o governo brasileiro criou em 2011 o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), com a previsão de concessão de 101 mil bolsas em quatro anos. Nesse sentido, busca-se analisar como ocorreu a concessão de bolsas de graduação pelo CsF no período de 2012 a 2014 evidenciando os países de destino para a realização da mobilidade estudiantil.

Na terceira seção apresentamos as considerações finais nas quais evidenciamos que o estudo feito mostra que a política de indução à mobilidade de estudantes adotada pelo Brasil com o CSF tem contribuído para consolidar a internacionalização no país e que os países mais procurados pelos estudantes brasileiros são aqueles considerados mais desenvolvidos com universidades de ponta na produção do conhecimento.

Internacionalização da educação superior no contexto da crise do capital

A internacionalização da educação superior não se constitui em um processo recente, tendo seu marco inicial pós 1945 com a necessidade de reconstrução da Europa devastada pela Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, a internacionalização almejava assistência técnica para o desenvolvimento do continente por meio de acordos científicos, mobilidade estudantil e bolsas de capacitação.

Com o fim da Segunda Guerra mundial e a reestruturação econômica da Europa, o mundo passa por uma nova reconfiguração de forças políticas, delineado pela polarização entre dois blocos: o bloco socialista, encabeçado pela União Soviética e o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, ambos disputando a hegemonia sobre os países do mundo.

Nessa conjuntura, a educação, a ciência e a tecnologia tiveram papel crucial na construção desse projeto hegemônico, tanto no âmbito ideológico com a formulação, manipulação de teorias para justificar o melhor modelo a ser implantado no mundo, quanto na produção, com a inovação tecnológica para, por exemplo, a chamada corrida armamentista entre Estados Unidos e União Soviética.

No contexto atual de crise estrutural do capital em que o mercado financeiro torna-se o regulador da nova ortodoxia econômica e altera significativamente as relações de produção em que “várias atividades no setor de serviços anteriormente consideradas improdutivas tornaram-se diretamente produtivas, subordinadas à lógica exclusiva da racionalidade econômica e da valorização do capital” (ANTUNES; ALVES, 2004, p.338) a internacionalização sofre nova reconfiguração para atender os discursos da globalização, sobretudo, no plano econômico, assentado nas formulações de conceitos e categorias como produtividade, competitividade, flexibilidade e competência, oriundos da emergência da crise econômica iniciada nos anos de 1970 nos países hegemônicos do capital cuja manifestação mais expressiva se materializa no Brasil a partir dos anos de 1990 com a adoção de um conjunto de contrarreformas nas políticas sociais, em especial na educação superior.

Harvey (1992) destaca que a atual fase do capitalismo é caracterizada pelo domínio do capital especulativo em escala global sobre o capital produtivo, acirrando a concorrência entre capitais produtivos que operam em âmbito global, acelerando a necessidade de inovação tecnológica.

Nesse contexto, a internacionalização da educação superior tem assumido diversas formas e vem sendo justificada por uma multiplicidade de argumentos. Para melhor compreensão sobre o tema, analisaremos esse processo em duas perspectivas: uma acadêmica, que defende a internacionalização da aprendizagem e do conhecimento que concebe a educação como “bem público”, e outra econômica, que defende a transformação da educação em “bem de serviço” devendo ser comercializado e regulado segundo as normas de serviços em geral.

A internacionalização da educação superior emerge, assim, de necessidades políticas e econômicas. A configuração da economia em blocos econômicos, a exemplo da União Europeia, institucionalizada com o objetivo de promover a unidade política e econômica da Europa, exige uma educação capaz de compatibilizar as qualificações, os sistemas educativos e criar padrões de equivalências.

Uma das primeiras iniciativas, no sentido de criar um espaço educacional comum e revitalizar a educação superior foi feita pela Comunidade Europeia. Tendo como pressuposto, o atendimento aos requisitos de uma sociedade em mudança, os ministros de Educação de França, Alemanha, Itália e Reino Unido, reunidos no ano de 1998 em Paris, assinaram a “Declaração de Sorbonne” nesse momento já se projetava a construção de um Espaço Europeu de Ensino Superior. Em 1999, outro importante documento, a Declaração de Bolonha³ é assinada por 29 ministros de educação europeus, tanto os da União Europeia quanto os de outros países da Europa, intensificando o processo de renovação da educação superior, marco importante das políticas de internacionalização. A Declaração de Bolonha apresentava o objetivo claro de estabelecer um Espaço Europeu de Ensino Superior, que fosse coerente, compatível, competitivo e atrativo para estudantes europeus e de países terceiros. Essa é uma estratégia da globalização que está focalizada nos movimentos de capitais, na informação, na tecnologia e que agora se expande para a mobilidade de recursos humanos especialmente de alta qualificação, o que demarca uma transferência internacional de conhecimentos e tecnologias.

Analisando o Processo de Bolonha, e a forma como o mesmo foi instituído, Antunes (2008) admite que, estamos diante de uma forma inovadora de fazer políticas educativas, em que os governos definem os compromissos em fóruns supranacionais, ratificados pelas instituições nacionais, que em caráter voluntário, dão adesão legítima a ausência de processos institucionalizados. O Processo de Bolonha visa aumentar a produtividade e a atratividade, porém, associando a isso práticas de aprendizagem contínua e a superação de entraves burocráticos.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que as reflexões e avaliações em torno dos processos ora implementados na Europa com o intuito de expandir e dar maior qualidade a

educação de nível superior, têm colocado como prioridade o caráter econômico dessas iniciativas.

A iniciativa da União Europeia reflete as diretrizes dos organismos multilaterais (Organização Mundial do Comércio – OMC, Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - Unesco), em direção à internacionalização da educação superior. Em tempos de globalização poderá significar colocar a educação como um serviço passível de ser comercializado internacionalmente.

Na Conferência Mundial de Ensino Superior realizada pela Unesco em 1998, a iniciativa de internacionalização desse nível de ensino ficou evidente na importância atribuída ao conhecimento e a valorização do capital intelectual dos indivíduos, direcionando as universidades a revisão e criação de estratégias, com o propósito de que seus estudantes possam adquirir competências acadêmicas e profissionais que lhes permitam interagir numa sociedade cada vez mais internacional, contribuindo para o enfrentando dos desafios impostos aos países no contexto de economia globalizada.

A internacionalização do ensino superior deveria, portanto, ser formalizada nos planos de estudos e nas pautas governamentais como forma de contribuir para “justiça e equidade social” entre os países na medida em que as instituições de educação superior têm a responsabilidade social de ajudar no desenvolvimento da prolapada sociedade do conhecimento, cuja característica principal reside na formação de redes globais de solidariedade, no cruzamento de fronteiras e na busca por soluções comuns.

Por outro plano, a Organização Mundial de Comércio – OMC apresenta uma visão de internacionalização do ensino superior como um serviço, perspectiva a qual tem prevalecido no âmbito do processo, apesar dos discursos de justiça social presentes nos documentos da Unesco. Esse embate aponta a complexidade da internacionalização enquanto política pública.

Ao realizar algumas reflexões sobre a formação de um espaço regional internacionalizado, Azevedo (2009, p. 186), apresenta a seguinte formulação sobre o significado da internacionalização acadêmica:

Não se trata de um simples mecanismo de permeabilização de fronteiras, mas, sim, um complexo processo de integração a um campo social de produção científica mundializado, em que diversos atores sociais travam relações com vistas a intercambiar, a cooperar e a compartilhar solidariamente (ou, opostamente, a competir) em suas áreas de atuação e em seus espaços de influência.

O autor defende a ideia de que é possível a institucionalização de uma “internacionalização solidária” entre os países com respeito ao conhecimento local e a aceitação do “desenvolvimento sustentável” desde que as universidades “conquistem definitivamente a autonomia, tenham qualidade, sejam inclusivas, solidárias e pertinentes

socialmente” (AZEVEDO, 2009, p.201). Pode-se afirmar que essa perspectiva além de condicionar a existência da conquista da autonomia universitária ignora a organização econômica da sociedade capitalista e o contexto atual de mundialização do capital financeiro que implica na necessidade de uma concorrência acirrada entre os países com vistas a aumentar a produtividade econômica.

Considerando a fase atual do capitalismo financeiro e a interferência direta dos organismos multilaterais de financiamento nas políticas para a educação superior compreendemos que na internacionalização acadêmica da educação superior mistura-se princípios de transferência de conhecimentos com razões economicistas e competitivas que se materializam por meio de processos de “cooperação internacional” (Unesco, 2005) e implica na: a) mudança de currículos (uniformização) para a formação de “cidadãos internacionais”. Essa formação deve ser voltada para o mercado de trabalho, em cursos de curta duração, que não implique no domínio de conhecimento mais complexo e elaborado, mas na simples transferência de informações, com vista a sua aplicabilidade imediata; b) remoção de obstáculos à mobilidade de estudantes e professores associados a processos de transferência de conhecimentos e tecnologias, aprofundando o padrão dependente de inserção da região na economia mundial; c) utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC como um dos principais mecanismos de mercantilização utilizadas por meio do Ensino a Distância – EAD como parte da estratégia de “internacionalização” e “democratização” do acesso (fetiche de democratização).

Em síntese pode-se afirmar que, embora aparentemente o interesse seja acadêmico, ou seja, voltado para o intercâmbio de conhecimentos e a cooperação solidária entre grupos de pesquisa com vistas a promoção da educação como um “bem público”, estão subjacentes relações econômicas de dominação em dois sentidos: 1) no recrutamento de estudantes dispostos a pagar taxas associadas à políticas internacionais de competitividade econômica, favorecendo o desenvolvimento geral das exportações; 2) na dominação do saber, cuja relação se dá por meio de subordinação do conhecimento, de países com alto grau de desenvolvimento das tecnologias de informação, pela venda dos “pacotes educativos” aos países periféricos.

As diretrizes para a internacionalização do ensino superior: a visão dos organismos internacionais

O entendimento de que o conhecimento é fundamental para o desenvolvimento das sociedades capitalistas na atualidade e a compreensão de que uma forte economia baseada no conhecimento, não reside apenas no acesso das pessoas à informação, mas também no grau em que elas conseguem processar essa informação, tem levado os países a repensarem seus sistemas de ensino superior. A tendência da internacionalização tem-se sobressaído como aquela que vai permitir que os países avancem no sentido de se inserir cada vez mais em um mundo competitivo e globalizado.

A internacionalização tem impulsionado as instituições de educação superior em todo o mundo, embora possa se questionar alguns dos seus objetivos e motivações. Segundo autores como Mesquita e Castilho (2014), Hawawini (2011) entre essas motivações estariam fatores das seguintes ordens: acadêmicos (o entendimento de que a educação e a investigação devem ser globais; econômicos (em última análise, impulsionado por uma necessidade fazer encontrar novas fontes de receitas e crescimento); políticos (impulsionado por um desejo de influenciar líderes de opinião e reforçar a posição política do país da instituição de origem); religiosa (desejo de espalhar uma crença de uma organização religiosa em particular).

É importante considerar nesse processo que os organismos internacionais, a partir de suas orientações e diretrizes tiveram um papel importante na disseminação dessas ideias. A Conferência Mundial de Ensino Superior (CMES) organizada pela Unesco e realizada em outubro de 1998 (Paris), da qual se originou a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação (Paris, 1998), deixou claro em suas orientações, que sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos. É ponto pacífico, também nas diretrizes da Conferência, que com as enormes dificuldades econômicas, sociais e políticas, que grassam os países em desenvolvimento e em transição, estes não teriam como vencer esse fosso com os seus próprios recursos sendo necessário, portanto, a ajuda e apoio internacional significativo. Abria-se assim, espaço para intensificar a discussão acerca da internacionalização da área da educação superior, esta, entendida como uma das formas que a educação tem de reagir às possibilidades e desafios da globalização.

Na visão da Conferência, bem como no entendimento da Unesco, há uma concepção mais progressista de justiça e equidade social, nesse sentido, a internacionalização deve-se utilizar da cooperação entre os países para fomentar o bem estar social e fortalecer as capacidades nacionais. Esse posicionamento é encontrado na Declaração Visão e Ação (1998). No seu *Artigo 15* deixa isso bem claro:

- a) O princípio de solidariedade e de uma autêntica parceria entre instituições de educação superior em todo o mundo é crucial para que a educação e a formação em todos os âmbitos motivem uma compreensão melhor de questões globais (...) O domínio de múltiplos idiomas, os programas de intercâmbio de docentes e estudantes, e o estabelecimento de vínculos institucionais para promover a cooperação intelectual e científica devem ser parte integrante de todos os sistemas de educação superior.
- b) Os princípios de cooperação internacional com base na solidariedade, no reconhecimento e apoio mútuo, na autêntica parceria que resulte, de modo equitativo, em benefício mútuo, e a importância de compartilhar conhecimentos teóricos e práticos em nível internacional devem guiar as relações entre instituições de educação superior em países desenvolvidos, em países em desenvolvimento, e devem beneficiar particularmente os países menos desenvolvidos (UNESCO, 1998. Art. 15).

Posteriormente a Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009, intitulada “As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social, realizada pela Unesco em Paris, ratifica esses posicionamentos no que se refere à concepção de internacionalização, no tópico denominado “INTERNACIONALIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO”, em 11 itens apresenta o seu entendimento de internacionalização e estabelece que a mesma deve ser baseada na solidariedade; que as Instituições de educação superior ao redor do mundo têm uma responsabilidade social de ajudar no desenvolvimento, por meio da crescente transferência de conhecimentos cruzando fronteiras, especialmente nos países subdesenvolvidos, como forma de realizar essa solidariedade. No entendimento do documento, as Redes de universidades internacionais e parcerias são uma parte dessa solução e auxiliam no crescimento do entendimento mútuo e da cultura de paz; e que as parcerias para pesquisa em equipe e intercâmbio de estudantes promovem a cooperação internacional. O encorajamento de uma mobilidade acadêmica mais amplamente equilibrada deveria ser integrado em mecanismos que garantam colaboração genuína, multicultural e multilateral.

Está ainda presente a ideia de que a disposição transfronteiriça de educação superior pode trazer uma contribuição significativa, oferecendo educação de qualidade, promovendo valores acadêmicos, mantendo a relevância da educação, respeitando os princípios básicos e criando oportunidades para que aqueles que fornecem educação superior de baixa-qualidade ou fraudulenta sejam contestados.

No entanto, consideramos, também, que a internacionalização, ainda em construção, no campo educacional, é um processo complexo e sem uma clara definição de seus objetivos. No atual cenário de globalização, a internacionalização da educação também aparece com uma nova perspectiva, o entendimento de que a educação é um serviço, e que deve ser vista como uma mercadoria, devendo, portanto ser regulada pelo mercado, o que leva a educação a perder a sua dimensão de direito humano, portanto, universal e de responsabilidade do Estado.

Nessa perspectiva, a Organização Mundial de Comércio (OMC), em 1995, no âmbito do Acordo Geral de Comércio de Serviços, apresentou uma proposta de inclusão da educação como serviços. Foram estabelecidos pela OMC quatro campos em que se poderia proceder a internacionalização dos serviços: a) oferta transfronteiriça (o serviço cruza a fronteira, saindo para um país para ser consumido em outro, nessa categoria estariam incluídos qualquer tipo de curso a distância e franquias de cursos); b) consumo no exterior (o consumidor cruza a fronteira. Representa a forma mais comum de comércio na educação, se configura por meio da educação no exterior); c) presença comercial (o fornecedor cruza a fronteira estabelecendo-se e investindo em país estrangeiro. No campo da educação isso acontece quando as universidades criam cursos ou instituições em países estrangeiros); e d) movimento temporário de pessoas físicas (o fornecedor cruza a fronteira na forma de um deslocamento de pessoas físicas. No campo da educação se configura como deslocamento de professores e outros profissionais da área de educação).

As determinações da OMC preveem a exclusão de alguns serviços da negociação, desde que esses sejam serviços prestados exclusivamente pelo poder governamental, de forma não comercial e que não exista concorrente entre os provedores. Essa prerrogativa afasta a educação dessa categoria uma vez que em todos os sistemas educativos do mundo coexistem escolas públicas e privadas. Na sua ótica a educação seria dividida em cinco categorias de serviço: educação primária, secundária, superior, educação de adultos e outros serviços, entendidos como qualquer serviço educacional não mencionado, com exceção de lazer.

Outro aspecto a considerar diz respeito ao fato de que a internacionalização, também, ocorre pela ocupação do espaço nacional da educação superior, nomeadamente nos países em desenvolvimento, por agentes (IES) externos. Para Aupeti (2005, p. 21) vários fatores dão contorno a esse processo,

A falta de programas nas instituições tradicionais e outros provedores locais, a inexistência de normas e regulações por parte do estado na maioria dos países em desenvolvimento, representam um “mercado” para a expansão da indústria do educação superior dos Estados Unidos e outros países desenvolvidos. As políticas neoliberais para o desenvolvimento do capital humano intelectual para atrair investimentos e criar empregos em alguns setores vinculados à economia do conhecimento com proteção global, promovem um cenário tendencial à internacionalização e paralelamente aceleram a comercialização da educação superior transnacional (tradução nossa).

Percebida como um conceito que abrange, além da cooperação internacional no sentido geográfico da atividade, alterações internas nas organizações no que se refere aos programas de mobilidade de professores e alunos, franquias de cursos, educação *on line*, estudos internacionais, entre outros, cria-se, desse modo, novas demandas para as IES. A internacionalização da educação superior configura-se, dessa forma, com uma das tendências que tem despertado um extraordinário interesse dos diversos países na década de 1990, pois nesse esquema, a educação em seus vários níveis e modalidades passa a ser um serviço internacional possível de ser comercializado como um bem de mercado.

É nesse contexto que se insere os programas de mobilidade estudantil e que assumem, na atualidade, uma das principais formas de internacionalização do ensino superior. A mobilidade na atual conjuntura envolve não somente o deslocamento de estudantes de um país a outro, mas a consolidação de modelos de formação diferenciados, que perpassam por concepções de mundo, além de questões estruturais que envolvem transferência de recursos financeiros pelo planeta.

A mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização mundial da educação superior

A mobilidade estudantil não é um fenômeno novo no campo educacional, já na idade média as populações universitárias eram bastante móveis, pois, segundo Charle e Verger (1996), naquela época, em tese, nenhuma fronteira se opunha à circulação dos homens nem à validade universal dos diplomas. No entanto, esse processo não ocorria da mesma forma para todas as universidades, algumas eram mais beneficiadas nesse processo, como as grandes universidades como Paris e Bolonha, pois eram mais atrativas para os estudantes de diferentes localidades, tanto culturalmente, como por possuir uma infraestrutura mais organizada do que outras universidades de menor porte.

Segundo Lima e Contel (2011), na modernidade, apesar dos contornos nacionais assumidos pelas universidades quando passaram à tutela dos estados, mesmo assim mantiveram a sua dimensão universal, pois os governos foram pressionados a institucionalizar políticas de cooperação internacional. Na contemporaneidade o aumento da mobilidade dos estudantes e professores é intensificado com as atuais tendências do comércio global, da economia e integração política e da necessidade crescente de entendimento intercultural.

Discutindo a temática da mobilidade Castro e Cabral Neto (2012) afirmam que a mesma envolve uma série de fatores e processos que estão na base do sistema produtivo e no cotidiano das pessoas, englobando o sistema de transporte, a gestão pública desses espaços e as dinâmicas geográficas específicas, o que a torna um fenômeno social que envolve estruturas, meios, culturas e significados.

A internacionalização não acontece da mesma forma para todos os países e nem mesmo para todas as instituições de ensino superior, o que tem levado Lima e Maranhão (2009) a classificar o fenômeno da internacionalização do setor educacional de duas formas: internacionalização ativa e passiva. No primeiro caso se situariam os países que mantêm políticas de Estado voltadas para atração e acolhimento acadêmicos, tanto no oferecimento de serviços educacionais no exterior quanto ao exportarem programas e instalarem *campi* no exterior; no segundo caso, a internacionalização passiva, é atribuída a países que não têm uma política criteriosa para envio dos estudantes para o exterior e possuem pouca capacidade instalada (recursos materiais e humanos) para o acolhimento e a oferta de serviços educacionais.

Não podemos deixar de considerar que esse é um fenômeno do campo educacional, mas em estreita articulação com a área econômica, uma vez que a atração dos estudantes internacionais também pode ser entendida como um comércio que gera divisas para os países que recebem os estudantes. Essas divisas são extremamente variadas que vão desde as taxas de inscrições e anuidades, que os estudantes têm que pagar nos países receptores, como

despesas com transporte, habitação, alimentação, saúde e lazer que são custeadas ou por suas famílias ou por bolsas de estudos na maioria das vezes provenientes dos países de origem.

Para Ianni (2005) com a crescente valorização do conhecimento, o Estado, as empresas e as famílias passam a valorizar os centros acadêmicos que fomentam pesquisas e formam profissionais cosmopolitas com elevadas chances de sucesso profissional. Segundo Lima e Maranhão (2009) *apud* Aurélie Filippetti (2007), os países reconhecidos pelo poder de atração e acolhimento acadêmico além de capitalizar recursos financeiros diretos e indiretos, têm ainda como vantagens da mobilidade: contribuir para ampliar a rede mundial de influência cultural e política; selecionar os melhores cérebros; beneficiar-se de mão de obra especializada; promover transferência de tecnologia; criar um ambiente de aprendizagem multicultural e enfrentar a imigração não controlada.

Embora haja demanda potencial em todos os países e regiões do mundo, a falta de competitividade entre os países para captar alunos para a mobilidade estudantil, tem feito com quem os países desenvolvidos sejam o grande receptor dos alunos. Pesquisas realizadas por Castro e Cabral Neto (2012) utilizando os dados estatísticos disponibilizadas pelo Compêndio Mundial de La Educación (Unesco) mostram que as regiões que mais receberam alunos em mobilidade estudantil, considerando uma série histórica de 2004 a 2008, foram a Região da América do Norte/Europa Ocidental, notadamente os Estados Unidos e na Região da Europa Ocidental, a França, Alemanha e Inglaterra. São países desenvolvidos com universidades de ponta e com grande desenvolvimento tecnológico e poder de acolhimento que têm servido de destino para a maioria de alunos em processo de mobilidade. Os estudos mostram também que a Ásia do Leste e o Pacífico foram o segundo destino mais procurado por estudantes em mobilidade, isso pode ter ocorrido por que os países dessa região têm em comum, um acelerado processo de desenvolvimento e crescimento econômico, surgindo no cenário internacional com grandes universidades e tecnologias de ponta, o que se torna atrativo para os estudantes de modo geral.

No que se refere à América Latina, essa desponta no cenário do processo de mobilidade estudantil de forma muito embrionária e periférica, por várias razões, entre elas, possuir um desenvolvimento econômico e tecnológico em estágio precário e as instituições universitárias não apresentarem, em sua grande maioria, um grau de competitividade compatível com as grandes universidades de regiões desenvolvidas no mundo. Na América Latina, poucas são as universidades situadas entre as 500 primeiras universidades no Academic Ranking of World Universities (2015). Outro motivo que deve ser considerado é que os países da América Latina não possuem capacidade de atração para estudantes estrangeiros. Para Lima e Maranhão (2009) isso acontece pela falta de maturidade do sistema de ensino superior e por não existem nesses países uma política capaz de estimular a internacionalização ativa.

Na atualidade, os países da América Latina têm despertado para a necessidade de integrarem suas instituições no processo de internacionalização, há na região uma diversidade

de programas e acordos desenvolvidos com vista à cooperação e internacionalização da educação superior sob o patrocínio de associações e redes universitárias, de instituições de educação superior e de organismos intergovernamentais. No entanto, os referidos acordos nem sempre são abonados pelos países assinantes, além do que sobressai nesse processo, como dificuldade para sua efetivação, os caminhos burocráticos que o tornam complexos e contemporizados.

O Brasil, se insere no processo de internacionalização de forma retardatária por muitas razões, entre elas, a jovialidade do seu sistema de ensino superior quando comparado com os sistemas dos países desenvolvidos; a sua inserção de forma periférica na chamada “geopolítica de conhecimento”, não possuindo muitas universidades atrativas para os estudantes estrangeiros; a falta de infraestrutura de acolhimento para os estudantes em mobilidade estudantil; e a dificuldade com a língua. Para enfrentar os desafios da internacionalização, nos últimos anos o país tem desenvolvido uma política de incentivo à mobilidade acadêmica, com prioridade à mobilidade estudantil. Uma dessas iniciativas merece destaque pela sua inovação e amplitude, o Programa Ciência sem Fronteiras.

O programa ciência sem fronteiras como estratégia de mobilidade estudantil

Embora o Brasil venha desenvolvendo iniciativas de internacionalização, no campo da mobilidade estudantil, mediante um conjunto de medidas, a sua inserção nesse processo, quando comparada com os países desenvolvidos, pode ser considerada, ainda, embrionária. Diante de tal realidade, o país necessitou arquitetar uma política de Estado para consolidar um sistema de educação superior de melhor qualidade com vistas a uma inserção mais qualificada no cenário mundial econômico e educacional.

É nessa perspectiva que o governo federal instituiu Programa Ciência sem Fronteira, criado no âmbito das atuais políticas de ensino superior de incentivo ao desenvolvimento da ciência e tecnologia. O Programa Ciência sem Fronteiras foi instituído através do Decreto nº 7.642 de 13 de dezembro de 2011 e apresenta a proposta de intercâmbio e mobilidade com vistas à consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, buscando ampliar a inovação e a competitividade do Brasil através da concessão de bolsas no exterior com a finalidade de manter contato com “sistemas educacionais competitivos”. No primeiro artigo do Decreto nº 7.642, fica evidente que a pretensão geral do Programa é proporcionar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência. Do mesmo modo, busca-se atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de re7.642nomada qualificação, em áreas do conhecimento definidas como prioritárias (BRASIL, 2011).

De acordo com o documento acima referido, as ações do Programa serão complementares às atividades de cooperação internacional e de concessão de bolsas no

exterior exercidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Ministério da Educação e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

No que diz respeito às modalidades e o número de bolsas que serão contempladas, o programa prevê o seguinte: graduação sanduíche (64.000); doutorado sanduíche (15.000); desenvolvimento tecnológico e inovação no exterior (7.060); pós-doutorado (6.440); doutorado pleno (4.500); atração de jovens talentos e pesquisador visitante especial (ambos 2.000). Também há a modalidade de bolsa de mestrado profissional, porém não está previsto publicamente o quantitativo de bolsas destinadas. Das 101.000 bolsas ofertadas, 75.000 serão financiadas com recursos do Governo Federal e 26.000 bolsas serão concedidas com recursos da iniciativa privada. (BRASIL, 2011a).

Segundo Silva e Castro (2015) é importante problematizar que ao permitir a participação de recursos provenientes do âmbito privado, deve-se considerar que os pesquisadores poderão responder prontamente às necessidades desse setor, admitindo-se que suas pesquisas centralizem-se nos interesses privados. Dessa forma, cabe questionar a quem o Programa realmente está servindo e a que propósitos está pretendendo atender, pois ao conceder parte da responsabilidade financeira à esfera privada, infere-se que essa espera receber algum retorno do investimento realizado.

Na Tabela 1, podemos observar como as bolsas do Programa CsF foram distribuídas até o mês de janeiro de 2016. Observa-se claramente que o carro-chefe do programa de bolsas são os estudantes de cursos de Graduação Sanduíche.

Tabela 1 – Distribuição de bolsas implementadas pelo CsF, por modalidade, até jan. 2016

Modalidade	Número de Bolsas
Graduação Sanduíche	73.353
Doutorado Sanduíche	9.685
Pós-doutorado	4.652
Doutorado	3.353
Pesquisador Visitante Especial	775
Mestrado	558
Atração de Jovens Talentos	504
Total	92.880

Fonte: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>> acesso em abr. 2016.

Em relação à proposta inicial do Programa CsF de ofertar até 101.000 bolsas em quatro anos, podemos verificar que o mesmo atingiu seu objetivo parcialmente, pois até 2016 foram implementadas no geral, 92.880 bolsas. É importante observar que somente na graduação as bolsas concedidas superaram o número de bolsas previstas. Na pós-graduação,

as bolsas de doutorado sanduíche a previsão era de 15.000 bolsas e foram concedidas apenas 9.685. No pós-doutorado e no doutorado também as bolsas concedidas não alcançaram as metas previstas. No doutorado a proposta era de ofertar 6.440 bolsas e só foram concedidas 4.652 bolsas e no pós-doutorado foram concedidas 3.353 quando a previsão era de 4.500 bolsas. Os dados mostram ainda, que os bolsistas de graduação sanduiche foram contemplados com 79% do total de bolsas concedidas, seguidos pelos bolsistas dos cursos de doutorado sanduiche que receberam 10,4% do total das bolsas. As demais modalidades: pós-doutorado, pesquisador visitante especial, mestrado e atração de jovens talentos não têm sido consideradas prioritárias para o governo federal já que todas juntas perfazem apenas 10,6% do total de bolsas distribuídas até janeiro de 2016.

Observa-se, também, a prioridade do governo para as Engenharias e demais áreas tecnológicas quando se analisa a distribuição de bolsas implementadas por área prioritária até janeiro 2016, como evidencia a Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição de bolsas implementadas por área prioritária, até jan. 2016

Área Prioritária	Número de Bolsas
Engenharias e demais áreas tecnológicas	41.594
Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde	16.076
Indústria Criativa	8.061
Ciências Exatas e da Terra	7.361
Computação e Tecnologias da Informação	5.694
Produção Agrícola Sustentável	3.197
Biotecnologia	2.039
Fármacos	1.879
Biodiversidade e Bioprospecção	1.342
Energias Renováveis	1.000
Não informado	873
Ciências do Mar	813
Nanotecnologia e Novos Materiais	697
Petróleo, Gás e Carvão Mineral	678
Novas Tecnologias de Engenharia Contrutiva	566
Tecnologia Aeroespacial	431
Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais	260
Formação de Tecnólogos	183
Tecnologia Mineral	136
Total	92.880

Fonte: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>> acesso em abr. 2016.

Os estudantes contemplados com as bolsas do Programa CsF dos cursos de Engenharias e demais áreas tecnológicas foram contemplados com 44,8% de todas as bolsas, seguido dos estudantes dos cursos de Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde com 17,3% das bolsas ofertadas. Essas duas áreas concentram 62,1% de todos os bolsistas do CsF. É importante observar que os estudantes de cursos das áreas das Ciências Humanas, das Ciências Sociais Aplicadas e das Linguagens e Comunicações não são contemplados pelo Programa o que nos leva a concluir que a política de internacionalização por meio do incentivo ao intercâmbio é direcionada aos cursos das chamadas ciências “duras”.

Outro dado significativo para a análise do Programa Ciência sem Fronteiras é o destino dos jovens que são contemplados com as bolsas, como é evidenciado na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 – Distribuição de Bolsas Implementadas por país de destino - os 15 primeiros - até jan. 2016

País de destino	Número de Bolsas
Estados Unidos	27.821
Reino Unido	10.740
Canadá	7.311
França	7.279
Austrália	7.074
Alemanha	6.595
Espanha	5.025
Itália	3.930
Portugal	3.843
Irlanda	3.387
Holanda	2.289
Hungria	2.134
Brasil	1.276
Bélgica	632
Suécia	547

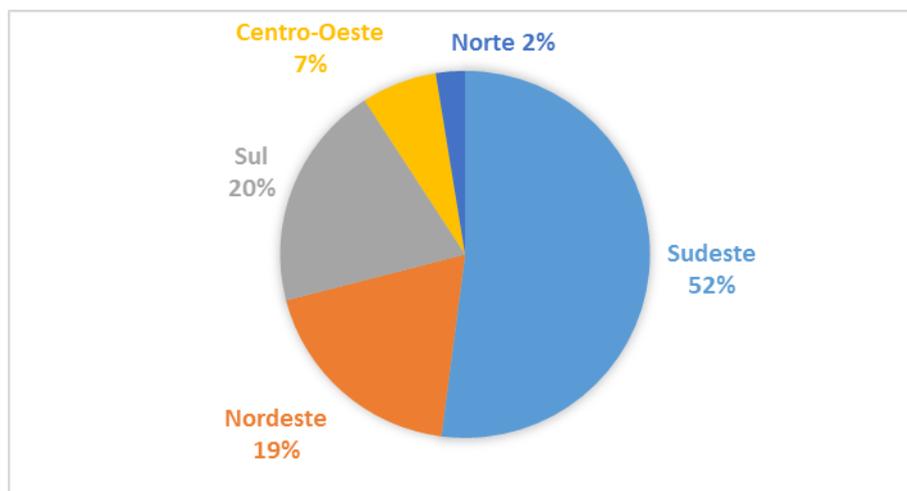
Fonte: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>> acesso em abr. 2016.

Apenas três países recebem a metade dos bolsistas do Programa CsF: Estados Unidos que recebe 30% dos bolsistas, seguido do Reino Unido com 11,6% dos bolsistas e Canadá que recebe 8% dos bolsistas do Programa. A outra metade das bolsas são distribuídas por 12 países, todos da Europa, com exceção do Brasil. É interessante observar, ainda, que entre os 15 primeiros países escolhidos por estudantes do CsF não estão os países da América Latina, Ásia e África, o que nos leva a concluir que esses países não se apresentam como atrativos para que os estudantes realizem seus estágios de mobilidade. Nunca é demais realçar que o processo de mobilidade estudantil realizado de forma passiva, no qual apenas se envia estudante para universidades estrangeiras, traz em si um elemento econômico que não deve

ser esquecido, que é o patrocínio de divisas das regiões menos desenvolvidas para as mais regiões mais ricas.

No Gráfico 1 a seguir pode-se analisar como as bolsas do Programa são distribuídas nas regiões do Brasil.

Gráfico 1: Distribuição de Bolsas Implementadas por região do Brasil, até jan. 2016



Fonte: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csfpainel-de-controle>> acesso em abr. de 2016

A distribuição de bolsas do CsF por regiões do Brasil no ano de 2016 demonstra a grande disparidade econômica, social e cultural existente no país. A região Sudeste sozinha detém 52% das bolsas do CSF. A região Sul demandou 20% das bolsas, o Nordeste 19% o Centro-Oeste 7% e a região Norte apenas 2%. Estudos realizados por Silva (2015) mostravam que o desequilíbrio intra-regional também existiu em anos anteriores na distribuição as bolsas do CsF. Em 2015, a região Sudeste detinha 51% e o Nordeste era o segundo colocado em número de bolsas, e em terceiro ficava a Região Sul. No ano de 2016 já há uma inversão dessa situação, com aumento das bolsas nas Regiões Sul (20%) e Sudeste (52%), ou seja, consolidando a tendência de supremacia das duas regiões. Entre os fatores explicativos para a grande diferença entre essa distribuição, estaria a de que a região Sudeste além de ser melhor estruturada para o desenvolvimento da pesquisa abriga grande parte das instituições de ensino superior do Brasil, estando 05 (cinco) das universidades dessa região entre as 500 primeiras nos *rankings* internacionais.

Os dados do gráfico 01 são representativos das acentuadas diferenças regionais que o Brasil apresenta relacionadas à base técnico-científica. O país ao longo da sua trajetória histórica sempre foi marcado por desigualdades socioeconômicas e nos últimos anos as tímidas tentativas de reversão desse quadro não foram suficientes para reverter essa tendência.

Outro dado relevante para analisar é sobre o que representa o financiamento do programa CsF no orçamento executado pela Capes em comparação com outras ações desenvolvidas, o que pode ser observado na Tabela 4:

Tabela 4 – CAPES - Total do Orçamento da CAPES por itens de ação, valor executado*, 2013-2015, em R\$1,00

AÇÃO	2013	2014	2015	Δ% 2013-2015	Δ% 2014-2015
Bolsas de Estudo	4.031.790.694,00	4.624.605.628,00	6.452.323.855,00	60,0	39,5
País	1.954.756.010,00	2.299.490.884,00	2.133.027.584,00	9,1	-7,2
Exterior	130.670.136,00	140.932.838,00	130.938.984,00	0,2	-7,1
CsF**	1.212.687.631,00	1.380.408.768,00	3.162.074.980,00	160,7	129,1
Educação Básica (UAB/PARFOR)	733.676.917,00	803.773.139,00	1.026.282.307,00	39,9	27,7
Fomento	408.538.495,00	384.897.243,00	130.725.364,00	-68,0	-66,0
Pós-Graduação	196.090.466,00	144.370.924,00	76.250.158,00	-61,1	-47,2
Educação Básica	212.448.030,00	240.526.319,00	54.475.206,00	-74,4	-77,4
Portal Periódicos	173.941.654,00	168.136.982,00	275.937.377,00	58,6	64,1
Avaliação	20.645.525,00	10.812.983,00	11.262.894,00	-45,4	4,2
VALOR TOTAL	4.634.916.368,00	5.188.452.836,00	6.870.249.490,00	48,2	32,4

Fonte: CAPES (2016). / * Em valor nominal / **Programa Ciencia Sem Fronteiras

Os dados expostos na Tabela 4 acima mostram que o Programa Ciências sem Fronteiras – CsF, tem sido a ação que recebe o maior volume de recursos do orçamento da CAPES, representando 46% do valor total de recursos executados pela CAPES em 2015, recebendo 3,1 bilhões de reais enquanto todas as demais bolsas de pós-graduação do país receberam 2,1 bilhões de reais no mesmo ano. No período de 2013 a 2015 o CsF obteve um aumento de 160,7% enquanto as demais bolsas de estudo financiadas pela CAPES obtiveram um aumento bem menor. É importante observar que com a política de ajuste fiscal implementada pelo governo no ano de 2015 quase todas as ações executadas pela CAPES tiveram redução no seu financiamento, no entanto, o CsF obteve um acréscimo de 129,1%, enquanto o financiamento de bolsas tanto no país como no exterior sofreu uma redução de mais de 7% de 2014 para 2015.

Ao contrário do programa CsF, os dados evidenciam que o financiamento da CAPES para os Programas de Pós-Graduação vem sofrendo grande redução no período de 2013 a 2015 com menos **-61,1%**. Se observarmos os dois últimos anos (2014 e 2015) se observa um corte de quase 50% nos recursos o que é de extrema gravidade que a médio prazo poderá contribuir para um retrocesso na política de expansão da pós-graduação no país.

Algumas considerações finais

O texto evidenciou que a Internacionalização da educação superior pode estar vinculada aos interesses do capital, mesmo que sob a terminologia de “intercâmbio internacional”. Nesse sentido, tem sido marcada pela submissão da educação às exigências de lucratividade do capital internacional e, como consequência, a “soberania nacional” perde seu significado. Observou, ainda, que os organismos internacionais por meio de Declarações e Documentos orientadores têm exercido um papel importante na disseminação dessas políticas de internacionalização para o campo da educação superior, principalmente nos países em desenvolvimento, apresentando a internacionalização como uma condição imprescindível de inserção no mundo globalizado.

No Brasil, a mobilidade acadêmica, a partir da implementação do CsF tomou um novo impulso. Com a indução do programa por meio de aporte significativo de recursos o governo visualizou uma possibilidade de melhorar a formação científica de estudantes de diversas áreas abrangendo projetos que produzam ciência e tecnologia capazes de incrementar as áreas demandadas para o desenvolvimento econômico do país. Dentre os mecanismos para a implementação da cooperação internacional do programa, destaca-se a concessão de bolsas de estudos no país e no exterior e o financiamento de projetos de pesquisas. A mobilidade estudantil internacional desempenha, nesse contexto, um papel central na internacionalização do ensino superior, pois promove a interação e compreensão das diferenças culturais entre os países, além de impulsionar a formação e inovação nas diferentes áreas do conhecimento. Ressalta-se, no entanto, a distribuição desigual dessas bolsas o que contribui para aumentar o desnível de conhecimento e de desenvolvimento de tecnologia entre as regiões, e reforçar a assimetria regional em relação a base técnico-científica do país.

Outra ressalva que deve ser feita ao Programa CsF é que, ao priorizar áreas das “Ciências Duras”, o governo brasileiro fez opção de desenvolvimento inserido na lógica do capital. Trata-se de estabelecer relações de competitividade em um contexto que a educação também é entendida e tratada enquanto mercadoria. Ao não contemplar a área de Ciências Humanas, das Ciências Sociais Aplicadas e das Linguagens e Comunicações, o governo fez uma opção política que privilegia a formação técnica e tecnológica necessária ao novo paradigma técnico-científico e produtivo, com foco nas inovações em detrimento da formação humana e ética dos indivíduos.

O estudo mostrou, ainda, que três países são os mais beneficiados com a mobilidade estudantil: Estados Unidos, Reino Unido e Canadá e que a América Latina, África e Ásia aparecem nesse processo de forma muito embrionária e periférica, reforçando a dominação do conhecimento no centro hegemônico do capital e a relação de dependência científica e tecnológica das demais regiões periféricas do capital. Foi destacado que, embora a internacionalização seja um fenômeno vinculado ao campo educacional, tem relação direta com a área econômica uma vez estabelece relações comerciais gerando recursos para os países que recebem os estudantes. Podemos, assim, concluir que o Brasil adota o modelo de

internacionalização passiva se inserindo na estratégia da globalização numa posição de submissão aos grandes centros do capital.

Referências

ARWU. Ranking Academic Ranking of World Universities (2015).
<http://www.shanghairanking.com/pt/ARWU2015.html>.

ANTUNES, Fátima. **A nova ordem educacional: espaço europeu de educação e aprendizagem ao longo da vida.** Coimbra: Almedina, 2008.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Geovani. As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago, 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso 20 ago. 2014.

AUPETIT, Sylvie Didou. **Internacionalización y provedores externos de educación superior en los países de América Latina y en el Caribe: principales problemáticas.** Departamento de Investigaciones Educativas Centro de Investigación y de Estudios Avanzados (DIE/CINVESTAV) MÉXICO, marzo 2005. Disponível em www.iesalc.unesco.org.ve Acesso em 26/10/2007.

AZEVEDO, Mário Luís Neves de. Integração Regional e Educação Superior: regulações e crises no Mercosul. In: Eliza Bartolozzi Ferreira; Dalila Andrade Oliveira. (Org.). **Crise da escola e políticas educativas.** 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, v. 1, 2009. p. 183-204.

BRASIL. **Decreto nº 7.642, de 13 de Dezembro de 2011.** Institui o Programa Ciência sem Fronteiras, 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. **Ciência sem Fronteiras: um programa especial de mobilidade internacional em ciência, tecnologia e inovação.** 2011b. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Ciencia-sem-Fronteiras_DocumentoCompleto_julho2011.pdf>. Acesso em 20 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação superior: reforma, mudança e internacionalização. **Anais.** Brasília: UNESCO/Brasil, SESU, 2003.

CAPES/CNPq. Ciência Sem Fronteiras. 2014. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso 20 ago. 2014.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Orçamentos - dotação e execução 2004 a 2016.** [online]. 2016. CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/sobre/08042016-ORCAMENTO-2004-2015.pdf>. Acesso em: 27 mar, 2016.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; SILVA, Soares da Silva. Políticas de Internacionalização do ensino superior no Brasil: Programa Ciência sem Fronteira em

foco. In: CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; BARBALHO, Maria Goretti Cabral (Orgs.). Política de Expansão da Educação Superior. Natal, EDUFRN, 2015.

CASTRO, Alda Maria D. A.; CABRAL NETO, Antônio. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, v. 21, p. 69-96, 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 5ª ed. Edições Loyola, 1992.

LIMA, Manolita Correia; Contel, Fábio Betioli. Internacionalização da Educação Superior: nações ativas, nações passivas e a geopolítico do conhecimento. São Paulo, Alameda. 2011.

LIMA, Manoelita Correia; MARANHÃO, Carolina Machado S. de Albuquerque. O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva. **Revista Avaliação**, Sorocaba, São Paulo, v.14, n.3, p. 583-610, Nov, 2009.

SILVA, Crosso Camila; GONZALEZ, Marina; BRUGIER, Yana Scavone. OMC em foco: a comercialização da educação na América Latina. In: HADDAD, Sérgio (Org). **Banco Mundial, OMC e FMI**: o impacto nas políticas educacionais. São Paulo, Cortez (2008).
SOUSA, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. Porto: Afrontamento, 2004.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI**: visão e ação, Paris, 1998. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>. Acesso em: 20 de abril 2016.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009**: as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social, Paris, 2009.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192>. Acesso em: 19 de abril 2016

UNESCO. Declaração mundial sobre a educação superior no século XXI: visão e ação. Conferência Mundial sobre a Educação Superior. Paris. In: Universidade e Sociedade, n. 17, ANDES-SN, nov. 1998.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**, 2005-2014: documento final do plano internacional de implementação. Brasília: UNESCO, OREALC, 2005. Disponível em: < <http://www.unesco.org> > Acesso em: 05 Abr.2015.